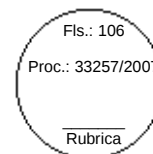




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONSTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO Nº 33257/2007

APENSO Nº 052.000950/2006 – GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.

ASSUNTO: Aposentadoria

EMENTA: **Aposentadoria** de FRANCISCO DE ASSIS BARREIRO CRIZANTO, matrícula nº 20.625-3, no cargo de Delegado de Polícia, Classe Especial, nos termos dos artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, combinado com o artigo 40, § 4º, da CRFB, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, com a vantagem prevista no artigo 7º da Lei nº 1.004/96, combinada com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96, mantida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 1.864/98, conforme ato publicado no DODF de 06.07.2006.

**Ato de cassação de aposentadoria**, publicado no DODF de 05.07.2013, em face da sentença penal condenatória prolatada nos autos da Ação Penal nº 2002.01.1.046984-0, que determinou a perda do cargo público ocupado pelo servidor, consoante decisão já transitada em julgado.

**Suspensão dos efeitos do ato que cassou a aposentadoria** do servidor (a contar de 24.10.2013), em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2013.00.2.023703-6, conforme ato publicado no DODF de 06.01.2014.

Conhecimento do trânsito em julgado. **Manutenção do sobrestamento.**

Senhor Diretor

Trata o presente processo da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de FRANCISCO DE ASSIS BARREIRO CRIZANTO, nos termos mencionados na ementa.

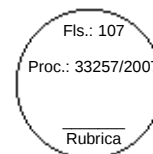
2. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a presente concessão está sendo analisada à luz do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07, no sentido de autorizar a 4ª ICE a simplificar os procedimentos relativos ao exame das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Integram este feito os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 62 – apenso;
- Ato que cassou a aposentadoria: fls. 160/161 – apenso;
- Ato que suspendeu os efeitos da cassação: fl. 311 – apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fls. 66/68 – apenso;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONSTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- Abono provisório: fl. 70 – apenso;
- Demonstrativo de incorporação de quintos/décimos: fl. 48 – apenso.

4. Por meio da Decisão nº 901/2012 (fl. 91), a análise dos autos foi sobrestada até o trânsito em julgado da Ação Penal nº 2002.01.1.046984-0, em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a qual se encontrava em fase de julgamento do Agravo de Instrumento nº 727244, no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Na mesma oportunidade, autorizou-se a devolução dos autos à jurisdição para adotar as providências pertinentes após a decisão definitiva, com trânsito em julgado, na mencionada Ação Penal, com a remessa, posteriormente, a esta Corte, para apreciação, em face da Súmula nº 20 do Tribunal.

5. Mediante o Ofício nº 002/2014-ARC/PGJ (fl. 94), o MPDFT noticiou ao Ministério Público de Contas junto ao TCDF os seguintes fatos:

*1- Decisão do agravo de Instrumento nº 727244, em que o Supremo Tribunal Federal, aos 16.10.2012, certificou o trânsito em julgado da Ação Penal 2002.01.1.046984-0, determinando a imediata baixa dos autos à origem para a pronta execução da pena (Doc. 01);*

*2- Inteiro teor do MS 2013.00.2.023703-6, impetrado por Francisco de Assis Barreiro Crizanto, em face do Governador do Distrito Federal, que atendendo ao comando judicial emanado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da referida ação penal, aplicou, como efeito extrapenal da sentença condenatória definitiva, a penalidade de cassação da aposentadoria em desfavor do impetrante (Doc. 02);*

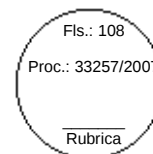
*3- Por fim, ressalta-se que a aludida decisão mandamental foi objeto de recurso especial e extraordinário interpostos pelo Distrito Federal e, ainda, de oposição de embargos declaratórios, com pedido de efeitos infringentes, por este órgão ministerial, a fim de prequestionar a matéria para eventual dedução dos recursos extraordinários (conforme registra o andamento processual do site TJDF - Doc. 03).*

2. O mencionado Ofício veio acompanhado de cópia do Mandado de Segurança nº 2013.00.2.023703-6, que tramita em anexo ao presente feito.

3. Tais fatos foram noticiados pelo MPJTCD, consoante Ofício 044/2014-MF (fl. 93), à Exma Conselheira Anilcéia Luzia Machado, relatora deste feito, que, por sua vez, determinou que os referidos documentos fossem juntados aos autos do presente Processo para exame.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONSTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



4. Após juntar os mencionados documentos ao presente feito, esta Secretaria solicitou à jurisdicionada o envio do Processo nº 052.000950/2006 – GDF (apenso) a este Tribunal, para análise e instrução (fl. 347 – apenso).

5. Compulsando o citado Processo nº 052.000950/2006, verifica-se que, tendo em conta o trânsito em julgado da sentença penal condenatória prolatada nos autos da Ação Penal nº 2002.01.1046984-0, que determinou a perda do cargo público ocupado pelo servidor, o Exmo. Governador do Distrito Federal, acolhendo o Parecer nº 2004/2011 – PROPES, da Procuradoria Geral do Distrito Federal, corroborado pelo Parecer nº 150/2013 – CJDF-GAG, editou o ato de cassação de aposentadoria do servidor, o qual foi publicado no DODF de 05.07.2013 (fls. 160/161 – apenso).

6. Inconformado com a cassação de sua aposentadoria, o servidor impetrou junto ao TJDFT o Mandado de Segurança nº 2013.00.2.023703-6, no qual foi deferida liminar para suspender os efeitos do questionado ato publicado no DODF de 05.07.2013 (fls. 277/278 – apenso).

7. Por força dessa decisão liminar, foi publicado no DODF de 06.01.2014 (fl. 311 – apenso) ato suspendendo os efeitos, a contar de 24.10.2013, daquele que cassou a aposentadoria do servidor.

8. Essa decisão liminar foi mantida, por meio do Acórdão nº 796.286 (fls. 320/346 – apenso), quando o Conselho Especial do TJDFT, ao apreciar o mérito, concedeu, por maioria, a segurança pleiteada pelo servidor.

9. Entretanto, em consulta ao site do TJDFT (fls. 95/105) verificou-se que o mencionado Acórdão foi objeto de recursos especial e extraordinário interpostos pelo Distrito Federal, os quais ainda pendem de apreciação.

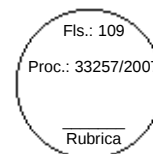
10. Portanto, apesar de a Ação Penal nº 2002.01.1.046984-0 ter transitado em julgado, sugere-se manter o sobrestamento da análise dos autos, vez que o direito do servidor à presente concessão ainda é objeto de análise pelo Poder Judiciário, no Mandado de Segurança nº 2013.00.2.023703-6, o qual não possui decisão transitada em julgado.

11. Pelo exposto, sugere-se:

- I. tomar conhecimento do trânsito em julgado da Ação Penal nº 2002.01.1.046984-0;
- II. manter o sobrestamento da análise dos presentes autos até a decisão com trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONSTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



2013.00.2.023703-6 em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

III. autorizar a devolução dos autos apensos à jurisdicionada para adotar as providências pertinentes após a decisão definitiva, com trânsito em julgado, no citado Mandado de Segurança nº 2013.00.2.023703-6, com a remessa, posteriormente, a esta Corte, para apreciação, em face da Súmula nº 20 deste Tribunal.

À consideração superior.

Brasília, 23 de setembro de 2014.

**Paulo de Souza Manguiera Júnior**  
Auditor de Controle Externo  
Matr. nº 630-1